

ENLACES PRESENTE-PASSADO-FUTURO

Reflexões sobre a educação patrimonial em contextos pós-indústrias

ALINKS BETWEEN PAST- PRESENT- FUTURE
Reflections on heritage education in post-industrial contexts

Ana Elísia da Costa¹ e Mariana Lafolga²

Resumo

A educação patrimonial na contemporaneidade questiona o que se considera patrimônio e busca problematizá-lo desde o presente, prospectando a construção de futuros-outros. Sua ação, portanto, é comunicativa, reflexiva e emancipatória. Sob essa perspectiva, o artigo reflete sobre seus papéis em contextos pós-industriais e desenvolve um estudo de caso qualitativo-exploratório sobre o projeto “Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” da Universidade Federal de Pelotas. Objetivando analisar seus enunciados e limitações e potencialidades de suas práticas, são feitas pesquisas bibliográfica, documental e de campo a partir de informações do seu website e da participação em suas caminhadas. Conclui-se que o projeto sustenta enunciados ligados à democratização da cultura e que, embora valorize a autonomia dos sujeitos, o diálogo e a participação comunitária, apresenta limitações para problematizar as relações presente-passado-futuro do patrimônio. Sem destituir méritos, espera-se contribuir para o aprimoramento do projeto, assim como de outros que se voltam a áreas pós-industriais. Palavras-chave: educação patrimonial, patrimônio industrial, projeto Caminho Fabril, memórias operárias.

Abstract

Heritage education in contemporary times questions what is considered heritage and seeks to problematize it from the present, envisioning the construction of alternative futures. Its approach is therefore communicative, reflective, and emancipatory. From this perspective, the article examines its roles in post-industrial contexts and develops a qualitative-exploratory case study on the project “Caminho Fabril: Industrial Heritage of the City of Rio Grande” from the Federal University of Pelotas. Aiming to analyze its discourses, as well as the limitations and potential of its practices, bibliographic, documentary, and field research were conducted based on information from its website and participation in its guided walks. The study concludes that the project supports narratives related to the democratization of culture and, while valuing individual autonomy, dialogue, and community participation, it presents limitations in problematizing the present-past-future relationships of heritage. Without diminishing its merits, the study aims to contribute to the improvement of this project, as well as others focused on post-industrial areas.

Keywords: heritage education, industrial heritage, Caminho Fabril project, workers’ memories.

¹ Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2011), mestre em Arquitetura pela mesma Universidade (2001) e Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO, 1993).

² Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEl, 2024) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL, 2014)

Introdução

Historicamente, o patrimônio se voltou a bens com significados para classes dominantes, resultando em esquecimentos ou apagamentos de tradições e valores de classes menos favorecidas ou subalternas. (Chauí, 2006). O questionamento dessa ideia de patrimônio pode ser entendido como um gesto de “resistência” no mundo contemporâneo, capaz de abrir espaços para a expressão de vidas que foram ignoradas em suas dimensões materiais e imateriais.

Esse é um dos desafios atuais da educação patrimonial. Essa, contudo, não se limita a uma abordagem saudosista e nostálgica de um passado a conservar (Scifoni, 2022). Quando assentada em pedagogia humanista e libertadora, ela se propõe também a interpretar e ressignificar esse passado a partir dos conflitos do presente, tomando isso como uma forma de construir instrumentos para o enfrentamento de desafios futuros e, consequentemente, para a transformação de realidades impostas.

Aqui é colocada atenção à educação patrimonial em contextos pós-industriais. Esses contextos são territórios que sofreram processos de industrialização e que, especialmente entre os anos 1970 e 1990, se desindustrializaram como parte de um fenômeno global de mudanças nos modos de produção (Ochoa, 2015). Submetidas a longo período de abandono e ameaçadas de descaracterização e sobrevivência, essas áreas passaram a ser reconhecidas como patrimônio em 2003 e, hoje, suscitam conflitos de interesses de diversas ordens.

Nesses contextos, a educação patrimonial vem dando luz à existência e valorizando grandes fábricas, armazéns e infra estruturas abandonadas, bem como modos fabris de produção e histórias de vidas operárias que, apesar de esquecidas, fizeram a engrenagem industrial operar. A educação patrimonial, contudo, não se limita a comunicar esse passado ameaçado. Ela também reflete sobre conflitos que, no presente, afetam áreas pós-industriais e que as colocam em ameaça, como os processos de cooptação do patrimônio pela indústria cultural e a especulação imobiliária, o que tem levado à gentrificação e a novos apagamentos culturais (Costa, 2021; Nito; Scifoni, 2017). Tais conflitos, em grande medida, reproduzem lógicas dos modos de produção do passado industrial (exploratória, capitalista, racista e patriarcal) e o reconhecimento dessas lógicas, bem como de formas históricas de resistência a elas, pode indicar ou sugerir “táticas” para enfrentar os desafios do presente e prospectar outros futuros (De Certeau, 1998).

A ação da educação patrimonial, portanto, não é só comunicativa, mas também problematizadora; não se volta só ao presente, mas também ao presente e futuro.

Dela emergem novas formas de contar a história desses contextos, abordando não só progresso e desenvolvimento, mas também conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais que os modos de produção industrial engendram. Ela destaca relações entre tecidos industriais e a cidade, envolvendo a imposição do valor de troca sobre o valor de uso da terra, bem como processos de segregação socioespacial de classes trabalhadoras, de retirantes do campo em busca de oportunidade de trabalho nas cidades e, mais recentemente, de afetados pelos referidos processos de gentrificação. Revela impactos da cultura produtiva no meio ambiente, impondo a devastação de áreas, a construção de grandes e degradantes obras infraestruturais e a poluição de solos, ar e água – temas hoje enormemente ressentidos –. Não menos importante, ela aborda temas sociais, como a exploração da mão-de-obra e políticas de discriminação de gênero e raça. Em especial, ela ainda destaca formas de resistência, como antigas lutas por melhores condições de trabalho e vida de sujeitos e movimentos sociais, bem como lutas vigentes dos que remanesceram ou se estabeleceram nesses territórios

após o abandono, fazendo emergir novas forças, valores e direitos legítimos de aí permanecer (Costa, 2025; Nito; Scifoni, 2017).

Ao pautar os históricos jogos de interesses e as visões de mundo que mobilizam a produção e a construção das cidades, a educação patrimonial estimula reflexões sobre “o que” é patrimônio, “como” e “para quem” conservá-lo. Ela permite pensar sobre meios e fins de projetos de revitalização, que podem levar à museificação, artificialização e gentrificação de espaços ou serem inclusivos, respeitando as preexistências físicas e sociais (Costa, 2021). Ela permite até mesmo pensar em propostas de manutenção dos abandonos industriais como ruínas, símbolos de lógicas improdutivas (Solá-Morales, 2015) ou espaços para o florescimento de novos ecossistemas ambientais (Clemènt, 2019).

Apesar da formulação teórica dessa “nova educação patrimonial” (Scifoni, 2022), esse trabalho supõe que seu exercício ainda enfrenta resistências devido a concepções pedagógicas (e ideológicas) divergentes e/ou à sedimentação de práticas de ensino tradicionais. Muitas experiências educativas nos territórios pós-industriais, inclusive as promovidas por universidades, limitam-se à mera comunicação de seus bens edificados, sem refletir de modo crítico a relação presente-passado-futuro. Outras experiências, mesmo que alinhadas a essa nova pedagogia, sustentam contradições entre seus enunciados e práticas.

Essa hipótese é sustentada por uma pesquisa de mestrado em andamento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Essa pesquisa objetiva analisar a resignificação do patrimônio cultural desde suas relações entre presente, passado e futuro, tendo como objeto de estudo práticas de educação patrimonial promovidas por universidades brasileiras.

Entre as práticas educativas estudadas está o projeto “Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande” da Universidade Federal de Pelotas. Analisar esse projeto é o objetivo do presente estudo. Busca-se identificar seus enunciados teóricos e analisar as limitações e potencialidades de suas práticas, subsidiando assim o desenvolvimento da referida pesquisa.

Justifica essa abordagem aportar reflexões que subsidiem novas práticas educativas patrimoniais ou que permitam o aprimoramento de ações em desenvolvimento.

De natureza qualitativa e exploratória, o estudo parte de marcos teóricos ligados à democratização da cultura e a uma educação patrimonial de natureza humanista e libertária, o que está apresentado na primeira parte do trabalho. Na sequência, a apresentação e análise do Caminho Fabril se dá desde pesquisas bibliográficas, documentais e de campo que exploram dados e produções científicas disponíveis no *website* do projeto e anotações da participação em uma de suas caminhadas.

Como considerações finais, observa-se que o conhecimento produzido pelo projeto converge com enunciados que defendem um patrimônio não hegemônico e a democratização da cultura. A ação educativa sobre esse conhecimento, embora valorize a autonomia dos sujeitos, o diálogo e a participação comunitária, apresenta limitações em sustentar uma abordagem problematizadora das relações passado-presente-futuro do patrimônio, concentrando-se mais em documentá-lo e comunicá-lo em seu passado. Espera-se que essas reflexões contribuam para o aprimoramento do projeto que já possui grande mérito pelo valioso conhecimento produzido sobre o patrimônio industrial de Rio Grande, em especial no que diz respeito a vidas operárias que foram historicamente invisibilizadas.

Marcos teóricos

O patrimônio é aqui entendido como uma prática social que, em busca de identidade, aciona memórias e elege referências materiais e imateriais que traduzam essa identidade ou os modos como uma sociedade se vê e quer ser vista (Chauí, 2006).

A memória, por sua vez, não se refere a um passado real ou verdadeiro, mas a lembranças que, no presente, destacam determinadas vivências pessoais e coletivas do passado. Ela elenca valores, bens, práticas, bem como traumas, ausências e “táticas” adotadas para lidar com a realidade. Desde aí, podem ser reveladas escolhas, alternativas, possibilidades para enfrentar a imprevisibilidade do futuro. Na temporalidade do “agora”, portanto, a memória entrelaça presente-passado-futuro (Mizoguchi, 2015; De Certeau, 1998).

Como as vivências e memórias são distintas entre diferentes grupos sociais, naturalmente seus “patrimônios” não são os mesmos, havendo na sua eleição oficial uma dimensão ético-política. Essa eleição, por estar centrada exclusivamente em juízos técnicos e políticos, pode tanto lembrar e fortalecer identidades de um grupo social, quanto silenciar as de outros grupos. Assim, o patrimônio é uma construção histórica, cultural e política, em constante transformação e disputas no cotidiano dos grupos sociais (Chauí, 2006).

Dado a isso, a sua abordagem exige reflexão crítica, questionando o próprio sentido do que é considerado patrimônio, o que envolve dimensões educativas. Em uma perspectiva pedagógica humanista e libertadora, isso não se trata apenas de adquirir ou reproduzir informações prontas, mas de construir processos críticos e dialógicos de identificação e resignificação de referências culturais (modos de ser, viver, fazer e criar no mundo), vindo a permitir a transformação da realidade em que essas referências estão inseridas (Scifoni, 2022).

Para construir esse processo educativo em patrimônio, além das tradicionais visitas a centros históricos e museus ou aulas em escolas, a educação patrimonial tem investido na realização de inventários participativos com comunidades. Esses inventários permitem que os sujeitos sejam informantes e intérpretes de sua própria cultura, o que tem especial sentido em comunidades cujas memórias foram ignoradas pela história oficial. Em todos esses âmbitos, parte-se de uma concepção de educação que valoriza três princípios: a) a autonomia, tomando os sujeitos como aptos a pensar, comunicar, criar e transformar suas realidades; b) o diálogo, abrindo-se para uma a fala-escuta horizontal e para a possibilidade de se aprender com o Outro, o que relativiza a hierarquia do saber técnico ou especialista em detrimento dos saberes populares e empíricos; c) a participação social, incentivando processos efetivamente coletivos, consensuados de modo dialogado e autônomo (Scifoni, 2022).

A pedagogia proposta, portanto, questiona o modelo em que especialistas ensinam e os sujeitos - moradores, usuários, estudantes e fruidores - passivamente aprendem, atuando como meros receptores-espectadores. Em vez disso, incentiva uma atuação ativa, sensível e reflexiva dos sujeitos, enquanto educadores, professores e curadores atuam como mediadores e facilitadores. Os conteúdos, por sua vez, não são prontos e fechados ou objetivados, abrindo lacunas para subjetivações, novas leituras e construções de sentidos particulares e coletivos. Assim, busca-se não isolar dados no espaço e tempo, mas relacionar e comparar; não responder, mas questionar.

Isso, no caso dos inventários participativos, implica em criar dinâmicas e oportunidades para que os sujeitos enunciem o que é patrimônio para si, que elejam patrimônios coletivos e que reflitam sobre seus sentidos (Scifoni, 2022). Implica também em

engajá-los em ações de divulgação e preservação desse patrimônio, incentivando a sua autonomia.

Em exposições e museus, visitas passam a ser precedidas e seguidas por atividades que buscam mediar³ o que é exposto, oportunizando reflexões, trocas coletivas. A própria disposição de conteúdos busca estimular todos os sentidos do visitante, criando atmosferas imersivas e ambientes interativos que sejam capazes de afetar visitantes e desencadear neles sensações e reflexões. Dado a isso, além de vitrines com objetos e painéis com textos e fotos, são exploradas cenografias com artifícios sensoriais, bem como artefatos manipuláveis e interfaces computacionais que deflagram reflexões e até permitem a alteração e complementação de conteúdos expostos (Costa, 2025; Cerdera, 2021; Machado, 2015; Wendell, n.p.).

Em perspectiva similar, visitas urbanas transformam caminhadas em momentos de encontro, trocas de experiências e percepções e construção coletiva de conhecimentos. Em vez de apenas conduzir visitantes e apresentar-lhes acervos eleitos em percursos pré-determinados, busca-se colher e partilhar impressões e sensações pessoais ao longo do caminho, estimulando a autonomia de leitura e construindo interpretações coletivas ao fim do evento. Por vezes, esses percursos são livres ou exploratórios; outras vezes, são convertidos em cortejos ou performances urbanas artísticas que denunciam abandonos ou conflitos patrimoniais, afetando e provocando reflexões por onde passam. Opera-se, portanto, em oposição à museificação⁴ do espaço urbano (Ruy; Almeida, 2020) e ao consumo acrítico de informações, como ocorre em alguns percursos disponibilizados em aplicativos de celular com possibilidades de interação e reflexão limitadas (Lafolga; Costa, 2024; Costa, 2021).

Frente aos desafios de tratar o patrimônio em *websites*, persiste a preocupação de não só documentá-lo e comunicá-lo. Busca-se sensibilizar o leitor-receptor para o tema via estímulos visuais e auditivos e oferecer conteúdos que ofereçam mediações e promovam progressivas e múltiplas reflexões no desdobramento de seu hipertexto, ferramentas e interfaces. A interação aqui não se limita a dar liberdade de navegar no encadeamento não linear de argumentos; nem se reduz a explorar possibilidades abertas pelos recursos multimídia (imagens, vídeos, áudios, modelagens tridimensionais, simulações de ambientes, jogos lúdicos, etc). Esses são recursos valiosos, mas que não podem ser esvaziados de uma intencionalidade educativa que inclua *inputs* e *outputs* entre humanos e máquinas (Machado, 2015; Santiago, 2007).

Ainda nesses ambientes, é importante a proposição de interfaces comunicacionais, já que isso pode construir oportunidades dialógicas entre o emissor e o receptor da informação patrimonial e entre múltiplos usuários. Não menos importante são as interfaces colaborativas que possibilitam que visitantes sejam produtores de conteúdos sobre a sua própria cultura e componham comunidades em redes. Por fim, é importante observar que educação virtual não substitui a presencial, pois a experiência virtual não tem o mesmo poder de evocação da experiência com o real e deve-se considerar ainda a inclusão de sujeitos com limitações intelectuais, procedimentais e financeiras para acessar esses meios (Santiago, 2007).

3 A mediação pode ser entendida como “uma metodologia que une processos artísticos e pedagógicos para mediar o público na sua relação com a obra cultural. É formada por um conjunto de ações educativas que se dividem em etapas antes, durante e depois do encontro do público com as obras artísticas” (Wendell, n.d.).

4 Trata-se de cristalizar valores materiais e imateriais do espaço urbanos com vistas a promover a mera contemplação em atividades de lazer ou de natureza cultural e turística. Entre os riscos dessa ação, estão o de reduzir e estetizar memórias coletivas, de converter a cidade em um museu petrificado e desarticulado da realidade e de colocar a cultura à serviço do capital (Ruy; Almeida, 2022).

Estudo de Caso

O projeto Caminho Fabril atua na cidade de Rio Grande, um dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul. Sua privilegiada proximidade com o mar foi um atrativo, já que isso favorecia trocas comerciais locais, nacionais e internacionais. Nas proximidades do seu porto⁵, consolidou-se um parque fabril com indústrias diversas e, junto a ele, outros usos e infra estruturas que viabilizam sua operação, como ferrovia, moradias operárias e espaços de lazer. Isso levou ao surgimento de novos bairros na zona norte da cidade e alterou a configuração do espaço urbano (Nery; Ferreira, 2023).

Segundo Nery e Ferreira (2023), coordenadoras do projeto em estudo, circulavam entre esses espaços pessoas de diversas origens, etnias, nacionalidades e gêneros. Havia estrangeiros em grupos de industriais e operários; mulheres, especialmente no setor têxtil; e trabalhadores negros que sofriam preconceitos de diversas ordens. Esses, organizados em sindicatos, associações de classe, culturais e esportivas, também empreenderam resistências, como greves, passeatas e congressos que combatiam baixos salários e tratamentos arcaicos de operários.

Essa industrialização passou por várias fases e começou a declinar a partir dos anos 1960. Desde então, a cidade tem testemunhado o progressivo abandono de suas fábricas, resultando na descaracterização ou destruição dessas estruturas. Isso, somado a perdas de documentos, tem contribuído para o apagamento do passado industrial da cidade. É nesse contexto que atua o projeto Caminho Fabril em estudo, buscando valorizar seu patrimônio industrial (Nery, 2021b; Nery; Ferreira, 2023).

Cabe observar que essa área e suas proximidades hoje são objetos de disputas, dado não salientado pelo projeto. Conforme Rosa e Souto (2015), novos investimentos no polo naval e impactos ambientais de empresas têm levado atuais moradores e trabalhadores da região a sofrerem ameaças de remoção ou de terem suas vidas prejudicadas. Além desses impactos socioambientais, os autores observam que o fato reproduz dinâmicas de segregação espaciais do passado, o que permite imbricar presente e passado e prospectar futuros que comprometem o patrimônio da região.

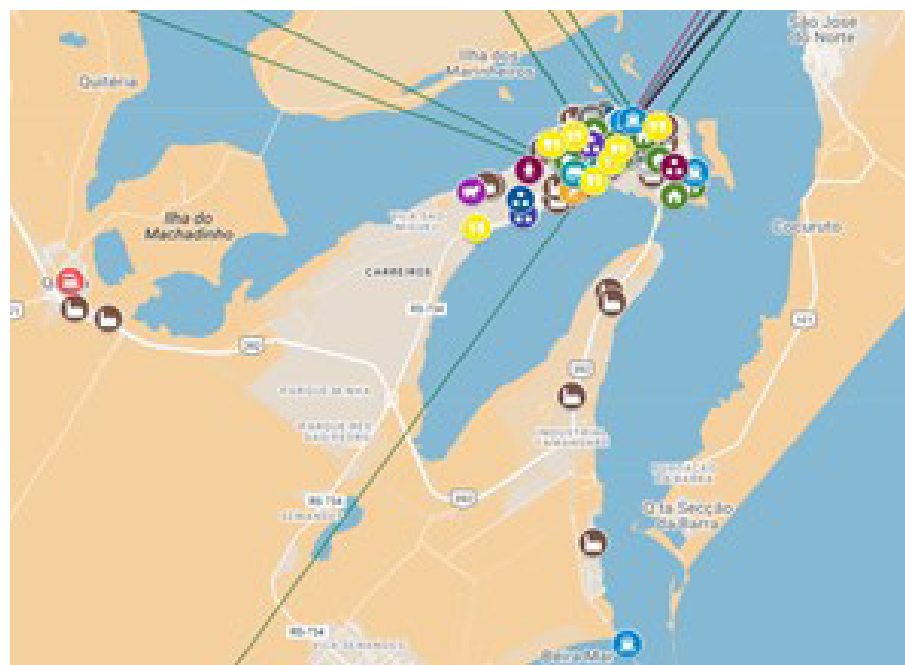
Alguma dimensão conflitiva nessa área explicitada por parte do projeto envolve a menção a graves e sucessivas crises econômicas vivenciadas pela cidade, especialmente a crise no setor naval e petrolífero após 2015 que impôs ao presente a falta de oportunidades e de empregos. Isso, em grande medida, explicaria a tendência das memórias operárias locais de valorizar o passado, representando ele um ideário de prosperidade e desenvolvimento (Nery, 2021b).

O Projeto Caminho Fabril: patrimônio industrial da Cidade de Rio Grande

O projeto Caminho Fabril deriva de uma pesquisa de pós-doutorado iniciada em 2020⁶ na Universidade Federal de Pelotas. Em 2023, a pesquisa foi convertida em projeto de extensão, contando com uma equipe interdisciplinar formada por estudantes da graduação e da pós-graduação. O objetivo do projeto é apresentado como: “**valorizar**

5 Envolve o Porto Velho, construído no século XVIII, e o Porto Novo, construído entre os anos 1910 e 1915, ambos na zona norte da cidade. Entre 1969 e 1970, ao leste de Rio Grande, foi construído o Superporto, onde, em 2007, se estabeleceu o polo naval que se volta à construção de cascos, navios sonda e estaleiros (Rosa; Souto, 2015).

6 O projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, pelas pesquisadoras Olívia Silva Nery e Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, no período dezembro de 2020 até março de 2022 (Nery; Ferreira, 2023).



o **patrimônio industrial** na sua diversidade e complexidade, bem como **sensibilizar a comunidade local** para sua importância na formação da memória e identidade rio-grandina” (CF, n. d. – destaque das autoras).

Como parte de uma análise inicial, destaca-se no texto desse objetivo a ação relativa ao “sensibilizar”, que é uma estratégia necessária para mobilizar processos de aprendizagem. No entanto, observa-se que estágios posteriores dos processos de construção do conhecimento, como conhecer, refletir e ressignificar, não são abordados. Tampouco é explorada a habilidade de, a partir disso, atuar sobre a realidade presente e futura, apesar da pesquisa reconhecer o “potencial do patrimônio industrial para tratar sobre questões importantes para nossa sociedade e contribuir para sua melhora” (CF, n. d.).

Depreende-se que a ênfase do projeto recai na comunicação do patrimônio, nas instâncias do seu presente e passado, corroborando isso a afirmativa: “Somos pessoas que reconhecem a importância do **passado** para compreender o **presente**” (CF, n. d. – destaque das autoras).

Além disso, é possível se questionar na apresentação do projeto a ausência de identificação de “para quem” as suas práticas de sensibilização são direcionadas, não sendo destacados, por exemplo, os grupos afetados pelos referidos conflitos na região. Essa informação é relevante por se entender que essas práticas não são isentas de uma dimensão política e que, como destaca Scifoni (2022), “espontâneas e boas intenções” da educação patrimonial podem ser cooptadas ou trazer implícitos abusos no trato do patrimônio.

Instrumentos e procedimentos

O projeto desenvolve suas práticas a partir de dois instrumentos virtuais de mediação - um mapa do patrimônio industrial e uma plataforma colaborativa de registro de memórias operárias -, sendo estes somados à promoção de caminhadas educativas. No mapa virtual, estão identificados mais de 160 pontos, envolvendo fábricas, instalação de transportes, usinas, ruas, vilas operárias, sindicatos etc. Ao clicar em cada um dos pontos, informações gerais sobre eles são expostas em uma janela. Em sete desses pontos, são apresentados pequenos registros de memórias que retratam relações e



problemas sociais, modos de produção, condições precárias de trabalho e moradia (Figura 1).

No menu Memórias Operárias, o público é convidado a colaborar com a coleta de memórias – direta ou de terceiros - relacionadas aos espaços industriais (Figura 2). Essas memórias são tomadas como invisibilizadas e merecedoras de valorização. A coleta de dados se dá pelo preenchimento de um formulário⁷ e o conjunto de dados é comunicado em uma tabela “excel” sumária que permite o acesso a drives com arquivos dos dados coletados.

As caminhadas, por fim, são apresentadas sem explicitar seus objetivos. Comunica-se apenas que essas acontecem desde uma agenda fixa, conforme disponibilidade da equipe, e são dadas instruções sobre como se comportar nos eventos. Ali também estão apresentados quatro depoimentos sobre a experiência dessa atividade.

Entende-se que os instrumentos propostos revelam uma nova sensibilidade patrimonial e pedagógica, especialmente ao abrir espaço para a participação comunitária na plataforma das memórias operárias. Com isso, a comunidade encontra ali espaço para protagonizar, para ser informante de sua própria história. No entanto, essas informações são apresentadas sem um apelo estético e reflexivo, e as interações promovidas são mecanizadas, limitando-se a clicar ícones e ler, nas janelas ou páginas remetidas, novas informações objetivas e não problematizadas. Ilustram isso os referidos seis depoimentos do mapa virtual que, por versarem sobre conflitos vividos, poderiam ser melhor explorados.

Diante disso, é possível pressupor que o *website* se volta apenas à documentação e divulgação do projeto, não sendo pensado como um instrumento de mediação do patrimônio estudado. Para maiores aprofundamentos reflexivos, a alternativa é ler seis artigos do grupo de pesquisa também ali disponibilizados, o que pode ser pouco atraente, difícil ou inviável para um público leigo e que prefere leituras rápidas nas plataformas digitais.

⁷ Em Nery (2021b) e Ferreira e Nery (2023), é esclarecido que, além do formulário do *website*, outras memórias foram recolhidas pelo projeto em redes sociais e em entrevistas presenciais. Essas, contudo, não estão expostas e exploradas diretamente na plataforma.

Textos e discursos

A análise desses seis artigos permite agrupá-los em dois blocos. Um primeiro bloco envolve dois artigos: “A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS” (Nery, 2021a); “Biscoitos históricos: a musealização da Fábrica Leal Santos – Rio Grande/ RS” (Nery, 2017). Esses focam na musealização de espaços industriais, destacando desafios institucionais e comunicacionais na sua preservação, o que interessa a essa análise por permitir a reflexão sobre como enunciados teóricos afetam a experiência do projeto Caminhos Fabril em si.

O segundo bloco é composto por quatro artigos que se debruçam sobre a experiência do próprio projeto: “Caminhos Fabril – Digital Industrial Path Record of Rio Grande” (Nery; Ferreira, 2021); “Percurso entre Memórias do Trabalho e Patrimônios Industriais (Rio Grande/RS)” (Nery; Ferreira, 2023); “Memórias Industriais: Narrativas do Patrimônio Industrial da Cidade do Rio Grande/RS” (Nery, 2021b); “Paisagens sonoras: memórias de uma cidade fabril (Rio Grande, RS - 1950-1970)” (Ferreira; Nery, 2021). Nos três últimos são especialmente discutidos os resultados da coleta de memórias operárias. Observa-se que não há produção que reflita sobre as práticas das caminhadas. Isso, somada às poucas informações disponíveis no *website*, pode indicar que ela é considerada como uma atividade de segunda importância.

O patrimônio industrial e sua musealização

A conservação do patrimônio industrial de Rio Grande é discutida por meio de um dos seus caminhos, a musealização (Nery 2021a; 2017). Um dos enunciados teóricos que sustentam a discussão proposta é o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora. Desde esse conceito, confronta-se memória e história, considerando que a ação da história se faz necessária quando a memória - sempre viva e dinâmica - já não existe mais ou há o medo do seu esquecimento. Como isso pode levar ao enfraquecimento de identidades em meio às crises do presente, são criados espaços onde essas memórias sejam colecionadas, cristalizadas ou arquivadas, como os museus. Esses espaços, contudo, não escapam de uma dimensão “patética” de uma sociedade que, afetada por seus esquecimentos, busca construir uma ilusão nostálgica de eternidade.

De qualquer forma, é sob a égide do esquecimento e da ameaça de desaparecimento que a musealização do passado industrial de Rio Grande é defendida. Discute-se, contudo, o que e quem preservar nesses espaços. Resgatando conceitos como o “dever de memória” de Paul Ricoeur, é problematizada a preservação exclusiva de referências culturais de grupos ligados aos proprietários das indústrias, grupo esse que inicialmente mobilizou a criação do Museu da Cidade de Rio Grande. Por questão de justiça, o artigo parece sugerir o resgate de memórias não só desse grupo, mas também de outros que tiveram vidas afetadas pela industrialização, inclusive envolvendo traumas e lutos. Além disso, baseando-se em argumentos de François Hartog e Joël Candau, é também exaltada a importância de abrir espaços para as “memórias de si”, já que a vontade de preservar e musealizar é também mobilizada pelo desejo de eternizar a própria história no presente, não apenas para outros no amanhã (Nery, 2021a).

Destaca-se aqui que essa abertura para memórias não só da elite industrial e para as memórias de si explicam em parte algumas das estratégias do projeto Caminhos Fabril. Nele, como já observado, a memória operária é privilegiada, sendo composta pela partilha de lembranças de sujeitos que interagem com as redes sociais e com o *website* do projeto. Isso, talvez, vale-se da sedução que a oportunidade de eternizar a si, familiares e amigos exerce sobre esses sujeitos.

Retomando o tema da compreensão dos espaços como espaços devem contar histórias plurais, busca-se aqui entender como elas devem ser comunicadas e ressignificadas na perspectiva do grupo do projeto. A sua análise do museu da Fábrica Leal Santos de Rio Grande é valiosa para tanto (Nery, 2017).

Nessa análise, é destacado o valor documental dos objetos museais, tidos como pontes ou vestígios que auxiliam a compreender o passado e também o presente. É descrita e ilustrada a exposição desses objetos junto a imagens e textos em vitrines e painéis. Sem detalhar, há uma menção a um possível estímulo sensorial promovido com a degustação dos biscoitos Leal Santos. Além disso, são descritas reações de visitantes, mas sem explicitar possíveis atividades dialógicas de medição:

Nesse espaço é possível observar a musealização e a patrimonialização da história industrial da cidade: olhares atentos e curiosos aos objetos que são expostos com cuidado para preservar sua integridade. Poucos minutos na exposição e é possível observar jovens e crianças se deparam, em grande maioria, pela primeira vez com lugares que hoje são lojas comerciais ou ruínas, e passam a conhecer a origem e história desses locais. Outros se empolgam ao visualizar objetos das famosas fábricas que tanto ouviram seus pais e avós falarem (Nery, 2017, p.79).

Apesar da comunicação desse patrimônio ser relevante e das reações do público poderem ser legítimas, ressent-se aqui a ausência de uma análise consistente sobre mecanismos sensíveis e cognitivos que, efetivamente, poderiam mediar e levar o público a refletir e relacionar o passado e o presente, vindo assim a ressignificar o que é exposto. Em certo sentido, correndo o risco de equívocos por falta de maiores informações, entende-se que a ação educativa nessa exposição é reduzida à comunicação e que a passagem para estágios superiores de reflexão é tomada como espontânea e natural, aos moldes das visões tradicionais de ensino:

A partir dos objetos, os visitantes podem fazer conexões com as relações de trabalho nos dias de hoje, e formular um pensamento crítico entre outras formas de apropriação que os acervos museológicos, principalmente os expostos, despertam nos indivíduos (Nery, 2017, p.83).

Essa é uma contradição comum em diversas práticas de educação patrimonial, que ora incorporam dinâmicas que buscam engajar ativamente os participantes, ora reproduzem o ensino tradicional cujo alcance pode ser questionado (Lafolga; Costa, 2024).

Apesar dessa exposição aparentemente não explorar estímulos sensoriais da comunicação do patrimônio, deve-se ainda observar que em artigo de 2023 o grupo exalta a importância destes na constituição da memória, bem como na sua comunicação e ressignificação, à exemplo da experiência da exposição “Perfumes de Nantes: cheirar, ver e ouvir a cidade de ontem e de hoje” de 2011 (Ferreira; Nery, 2023).

De mapas e memórias

O mapa virtual do projeto revela uma valiosa documentação sobre o passado industrial de Rio Grande, sendo fruto de uma consistente pesquisa e derivando dele uma análise das relações entre os usos ligados ao universo fabril e transformação da cidade (Nery; Ferreira, 2023; Nery, 2021b). No entanto, não são discutidos os conflitos territoriais dessas transformações no passado e presente, o que poderia ser explorado como

“gatilho” motivador para discussões patrimoniais, especialmente junto aos afetados pelos conflitos atuais. Por outro lado, esse mapa, combinado com o trabalho sobre a memória, tem valor pelo seu potencial de revelar quais espaços que, por estarem mais impregnados na memória coletiva, poderiam merecer maior atenção de políticas públicas, debates e ações de educação patrimonial⁸.

Essas memórias, por sua vez, ganham maior ênfase na produção do grupo do projeto (Nery; Ferreira, 2023; Ferreira; Nery, 2023; Nery, 2021b). Nela, a memória operária é destacada como uma dimensão imaterial, vivida e sensível do patrimônio. Seu estudo é defendido por revelar camadas simbólicas e identitárias da vida ao longo do tempo e por dar às pessoas um papel ativo no contar a sua própria história, histórias essas invisibilizadas e objetivadas, o que, segundo as autoras, é próprio do sistema capitalista (Nery; Ferreira, 2023; Nery, 2021b).

Os estudos revelam instâncias de satisfação, conflitos e resistências em relação ao trabalho fabril. No primeiro caso, são destacadas redes de sociabilidade e solidariedade, relações interpessoais construídas dentro e fora das jornadas de trabalho, envolvendo partilhadas de saberes entre familiares e a construção de laços de amizade. Também são revelados sentimentos de prestígio e de distinção pelo trabalho digno e/ou pelas competências e saberes envolvidos. Por outro lado, são mencionados conflitos, como ausências de vínculo empregatício formal, condições insalubres ou desconfortáveis de trabalho, acidentes, vigilâncias, preconceitos e discriminações. Em reação a isso, as memórias também dão luz a associações e mobilizações trabalhistas, como as sindicais (Nery; Ferreira, 2023; Nery, 2021b). A análise revela, enfim, “a complexa relação que a cidade do Rio Grande tem com o seu passado e patrimônio industrial, e suas **tensões**” (Nery, 2021b, p.9 – destaque das autoras).

Entre lembranças boas e ruins, a análise entende que a memória é continuamente atualizada nas narrativas, ora iluminando, ora ofuscando certos aspectos. Uma dualidade memorial e identitária é revelada, fazendo dos patrimônios industriais “simultaneamente, espaços de dor e de saudade, de desenvolvimento e de violências” (Nery; Ferreira, 2023, p.32). Como já referido, esses sentimentos seriam condicionados pelas crises econômicas vividas pela cidade, onde a falta de oportunidades no presente leva à valorização do passado como um símbolo de prosperidade, desenvolvimento e riqueza (Nery, 2021b).

A análise explicita um claro posicionamento crítico das autoras e, pelo rigor de suas abordagens quantitativas e qualitativas, possuem grande valor. No entanto, mais uma vez, se ressentem da ausência de prospecção sobre o enfrentamento das crises atuais a partir da resignificação das lutas e resistências do passado.

Das caminhadas

As caminhadas guiadas do Caminho Fabril são divulgadas em redes sociais, onde interessados podem se inscrever mediante preenchimento de um formulário, sendo as vagas limitadas. Após a confirmação da inscrição, os participantes são incluídos em um grupo de mensagens instantâneas, no qual recebem instruções detalhadas sobre a atividade, além de uma introdução à história fabril da cidade. Em certo sentido, essa introdução pode já ser considerada como parte da ação educativa, ainda que centrada na simples informação.

⁸ Esse argumento se depreende de uma das questões da pesquisa – “Quais, dentre os diversos estabelecimentos fabris existentes, apresentam maior persistência na memória coletiva?” (Nery; Ferreira, 2023).



Figura 3 - Caminhada guiada do Projeto Caminhos Fabris. Rio Grande, 2024. Fonte: Das autoras.

As caminhadas do projeto percorrem diferentes bairros de Rio Grande. Centra-se aqui na análise da caminhada que envolve o percurso entre a Rua Aquidaban e a Avenida Portugal, especificamente a realizada no dia 27 de outubro de 2024, às 10h, envolvendo a participação de uma das autoras deste trabalho. (Figura 3)

A atividade foi conduzida por uma historiadora que, ao longo do percurso, destacou pontos de interesse previamente definidos, em sua maioria possíveis patrimônios edificados fabris. Sem mencionar conflitos na preservação desse patrimônio, em cada ponto, foram apresentados dados históricos - datas de fundação, proprietários, atividades desenvolvidas e produtos fabricados -, bem como foi feita uma breve contextualização de trajetórias. Destaca-se, que essa mediação foi enriquecida com a exibição de fotografias e objetos de época dos pontos de interesse, como se deu com embalagens e latas pertencentes à antiga Fábrica Leal, Santos & Cia, hoje sede da Unimed e ponto de partida do percurso. Além disso, foram apresentados registros de memórias ligadas aos edifícios, provenientes do projeto de pesquisa.

O padrão predominante de mediação foi centrado na comunicação da historiadora de dados prontos sobre o patrimônio local. Os participantes não foram mobilizados a participar ativamente da atividade, quer acionados por questões prévias que poderiam dar a eles sentidos reflexivos à experiência posterior, quer contemplados com espaços para a partilha de concepções próprias de patrimônio, sensações e reflexões ao longo do caminho. Por outro lado, observa-se que a interação direta com os referidos materiais históricos das fábricas promoveu uma maior imersão no contexto, já que o estado atual das edificações muitas vezes dificulta estabelecer relações entre o seu presente e passado. A julgar pelos inúmeros registros fotográficos dos participantes, essa prática foi capaz de mobilizar sensações e afetos.

Destaca-se ainda que o deslocamento em grupo despertou a atenção de moradores locais e transeuntes, o que pode evidenciar a potência da performance da caminhada para afetar não só seus participantes. Ilustra isso a aproximação imprevista de um morador que compartilhou memórias transmitidas por seu avô sobre as tropas de gado abatidas nas fábricas locais. O som do trote dos animais, segundo ele, constituía uma memória afetiva. Essa partilha, em algum grau, foi usada para refletir sobre os papéis da memória, incluindo a memória sonora, na constituição de uma identidade e de um patrimônio imaterial. Não houve, contudo, incentivos para uma maior interação com o

morador, o que poderia ampliar os relatos e subsidiar maiores reflexões. Por outro lado, aquele momento dava pistas de um possível modo de envolver e dar protagonismo à comunidade local no próprio projeto: moradores poderiam atuar como narradores de suas memórias ao longo da caminhada; se capacitados, eles poderiam até ser os próprios mediadores dessa atividade. Isso poderia representar uma maior participação social e a promoção da autonomia dos moradores, bem poderia oportunizar aos participantes o contato com uma história viva.

Ao final da caminhada, os participantes foram convidados a responder voluntariamente questões sobre possíveis mudanças na percepção e valorização do patrimônio industrial. Embora esse procedimento assuma um caráter reflexivo, ele ainda se centra em uma abordagem individual, carecendo de espaços de partilhas e reflexões coletivas que favoreçam a co-produção de um conhecimento crítico sobre o patrimônio vivenciado.

A caminhada vivenciada, portanto, em grande parte reproduz práticas da educação tradicional: estrutura-se a partir de um percurso e edifícios pré-definidos, centra-se na ação de um especialista e posiciona participantes como ouvintes-observadores. Essa abordagem, embora eficiente e relevante para a difusão do conhecimento histórico, limita a construção de processo dialógicos, problematizadores e críticos que possam conduzir à ressignificação do patrimônio e à atuação sobre ele. Por outro lado, incorre no risco de levar à museificação do espaço urbano e à espetacularização da própria atividade.

Considerações Finais

A análise do projeto Caminho Fabril revela uma valiosa produção de conhecimento relativa ao patrimônio industrial de Rio Grande. Apoiada em consistentes pesquisas, o projeto se desdobra em reflexões de onde se destacam memórias operárias. Esse foco converge com enunciados teóricos que defendem a desestabilização de um patrimônio hegemônico e a democratização da cultura.

Ao ser articulado com um projeto de extensão, contudo, o Caminho Fabril passa a lidar com os desafios de divulgar essa produção junto à sociedade por meio de práticas de educação patrimonial. Para tanto, recorre a um mapa interativo e uma interface colaborativa sobre memórias operárias disponíveis em seu *website* e a caminhadas educativas.

Na análise desses instrumentos, destaca-se a sua abertura para a participação comunitária, como no inventário das memórias operárias que traz consigo uma forma de diálogo e de promoção da autonomia dos sujeitos para contar suas próprias histórias. Por outro lado, destaca-se também limitações do projeto para sustentar uma abordagem problematizadora sobre os destinos do patrimônio, centrando-se em documentá-lo e comunicá-lo em seu passado. Isso se evidencia em algumas das produções científicas do projeto, na apresentação dele em seu *website* ou na interação com suas interfaces interativas e colaborativas. O mesmo é observado nas caminhadas, em que a mediação se estrutura predominantemente na exposição de especialistas sobre um passado industrial que não é problematizado a partir dos conflitos do presente e/ou ressignificado a partir das concepções, percepções e sensações dos participantes.

Entre potencialidades e limitações, entende-se que as intencionalidades educativas do projeto exigem aprimoramentos, ao menos na perspectiva de vir a sustentar uma educação humanista e libertadora. Hipoteticamente, os seus entraves envolvem dimensões de concepções didático-pedagógicas, de domínios da mediação cultural

presencial e em ambientes virtuais e de falta de recursos humanos e financeiros para qualificar as interfaces em seu website e as dinâmicas em suas caminhadas. Essas são questões a serem tratadas em entrevistas com as integrantes do projeto, o que ainda se pretende fazer na pesquisa em que esse estudo se insere.

O que se apresenta aqui é, portanto, uma análise preliminar que, de modo algum, desmerece a grande relevância do projeto Caminho Fabril, especialmente no que se refere ao resgate de memórias operárias invisibilizadas. Espera-se, contudo, que os apontamentos aqui traçados subsidiem o aprimoramento de suas práticas, assim como a de outras ações de educação patrimonial em contextos pós-industriais.

Referências

CERDERA, F. Materialidade, Exposição e Mediação Cultural. In: Anais do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. *Anais ...* Porto, s/p. 2021. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624071055_ARQUIVO_bda5f622ca4195b4ffbd88fd10d1c786.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

CF - Caminho Fabril. *Projeto de extensão Caminho Fabril: patrimônio industrial da cidade do Rio Grande*, Rio Grande, n.d. Online. Disponível em: <https://caminhofabrilrg.wixsite.com/site>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural. O direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLÉMENT, G. Manifesto da Terceira Paisagem. *Paisagem Textos*, São Paulo, v. 4, n. 1, ago. , p. 10-46, 2019.

COSTA, A. E. Uma Vila e uma Exposição Participativa: mediação de um discurso estético-ético-político. In: Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Encruzilhadas – convergências e dispersões. *Anais ...* Rio de Janeiro, s/p. 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/842138-uma-vila-e-uma-exposicao-participativa---mediacao-de-um-discurso-estetico-etico-politico/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

COSTA, A. E. Entre cervejas e hubs: reabilitação patrimonial em Lisboa. *Revista Pós FAU-USP*. São Paulo, v. 28 n. 53, pp. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/185117>. Acesso em: 04 jun. 2022.

COSTA, A. E. O “Belo” e o “Bom” em Lisboa. Notas sobre parques hortícolas, hortas espontâneas e práticas artísticas. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*. 43, pp. 66-84, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/4755>. Acesso em: 18 jun. 2022.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. FERREIRA, M. L. M.; NERY, O. S. Paisagens sonoras: memórias de uma cidade fabril (Rio Grande, RS - 1950-1970). *Revista de História*. n. 182, pp. 1-30, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/200732>. Acesso em: 18 jun. 2024.

LAFOLGA, M.; COSTA, A. E. Educação patrimonial em iniciativas universitárias: caminhos e caminhadas. In: XXV ENPÓS - Encontro de Pós-graduação, Pelotas, 2024, *Anais ...* Pelotas: Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 2024, s/p (no prelo)

MACHADO, T. G. *Projeto expográfico interativo: Da adoção do dispositivo à construção do campo da interatividade*, 2015. 252f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MIZOGUCHI, D. H. Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. *ECOS*. v. 5, n. 2, pp, 200-208, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352>. Acesso em: 07 abr. 2022.

NERY, O. S.; FERREIRA, M. L. M. Percursos entre Memórias do Trabalho e Patrimônios Industriais (Rio Grande/Rs). *História e Cultura*. v. 12 n. 1, pp, 15-42, 2023. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3830>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NERY, O. S.; FERREIRA, M. L. M. A Digital Industrial Path Record of Rio Grande, Brazil. *TICCIH Bulletin*, n. 93, pp, 1-33, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/52654519/A_DIGITAL_INDUSTRIAL_PATH_RECORD_OF_RIO_GRANDE_BRAZIL. Acesso em: 18 jun. 2024.

NERY, O. S. Biscoitos históricos: a musealização da Fábrica Leal Santos – Rio Grande/RS. *Faces da História*, v. 4, n. 1, p. 73–89, 2017. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/405>. Acesso em: 22 fev. 2025. Acesso em: 18 jun. 2024.

NERY, O. S. A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS. *Historiae*. v. 12 n. 1, pp, 171-192, 2021a. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/issue/view/810>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NERY, O. S. Memórias Industriais: Narrativas do Patrimônio Industrial da Cidade do Rio Grande/RS. *Diálogos*. 6, p. 31–54, 2021b. Disponível em: <https://dialogosuntl.com/index.php/revista/article/view/14>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NITO, M. K.; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 5, p. 38-49, 2017. Acesso em: 30 mar. 2023.

ROSAR, E.; SOTO, W. H. G. Conflito Socioambiental e Contradições do Espaço Social: o caso do polo naval de Rio Grande/RS. *Caderno CRH*, 28 (75), pp, 607-622, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/myD77K4grQvMqrCBny3Yq3k/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RUY, A. T.; ALMEIDA, R. H. Museificação territorial: fundamentos de um conceito. *Revista Cidade, História e Cultura*, 22, pp, 1-22, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbeur/a/MpmgdKPvzhgcFYzgr7dbBvG/#:~:text=Nessa%20mesma%20dire%C3%A7%C3%A3o%2C%20Jacques%20\(2008,conferir%20import%C3%A2ncia%20%C3%A0s%20culturas%20existentes](https://www.scielo.br/j/rbeur/a/MpmgdKPvzhgcFYzgr7dbBvG/#:~:text=Nessa%20mesma%20dire%C3%A7%C3%A3o%2C%20Jacques%20(2008,conferir%20import%C3%A2ncia%20%C3%A0s%20culturas%20existentes). Acesso em: 27 jan. 2024.

SANTIAGO, R. P. *Memória e Patrimônio Cultural e Ambientes Virtuais*. 2007. 146f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Terrain Vague*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

OCHOA, A. R. Dinâmicas de Crescimento em metrópoles Portuárias. tensões a oriente da Cidade de Lisboa. *On the Whaterfront*, n. 7, p. 30-41, set. 2005. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/217110> . Acesso em: 15 fev. 2020.

WENDELL, N. *Estratégias de Mediação Cultural para a Formação de Público*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia. n.d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/361518467/Estrategias-de-Mediacao-Cultural-Ney-Wendell>. Acesso em: 15 fev. 2025.